

Plano contempla 2 novas estatais

Sônia Mossri

Para surpresa dos próprios técnicos do Ministério da Economia, o Plano Plurianual de Investimentos, que deveria ser enviado ontem ao Congresso Nacional acompanhando o projeto do Executivo para o Orçamento Geral da União para 91, contém dotações de recursos para duas novas empresas estatais: uma do setor de gás natural, subsidiária da Petrobrás, e outra de mineração, da Cia. Vale do Rio Doce, a serem criadas proximamente, que terão dotações orçamentárias já em 1991.

O Plano Plurianual de Investimentos cumpre exigência constitucional. Ele traz todo um orçamento de despesas de capital e investimentos do Governo Federal até 95. Por isso mesmo, em função do ajuste econômico, as dotações previstas para depois de 92 foram praticamente dadas aleatoriamente. Para corrigir essas distorções do próprio Plano, o projeto que será encami-

nhado ao Congresso, caso a equipe do Departamento Nacional de Planejamento consiga terminar os trabalhos na madrugada de hoje, determina revisões sistemáticas, que poderão ser anuais ou semestrais, o que ainda depende de decisão da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Na prática, os técnicos do Departamento Nacional de Planejamento tiveram pouquíssimo tempo para elaborar o Plano Plurianual, especialmente com o atraso das empresas estatais e ministérios em entregar as suas propostas para os próximos quatro anos. Além disso, até mesmo o Orçamento Geral da União estava sujeito a modificações de última hora, atendendo ao desenrolar das negociações junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Investimentos

O nível geral de investimentos previsto tanto no Orçamento como

no Plano Plurianual para 91 é zero. No setor de energia, o texto final indica que o Governo Federal vai tentar uma articulação com os estados na busca de soluções para o problema do fornecimento de energia elétrica. O Proálcool não teve tratamento especial, apesar de o texto revelar a intenção do Governo de assegurar o abastecimento do combustível.

O próprio secretário nacional de Planejamento, Marcos Gianetti, encarregado em tese do trabalho do Plano Plurianual, não participou de nenhuma das reuniões com estatais ou ministérios setoriais, informam assessores do Governo. O Plano, revela uma importante fonte do Ministério da Economia, praticamente não precisará de revisão apenas com relação a 91. A partir daí, todos os dados não escaparão de mudanças com o esperado crescimento da economia, após período de ajuste ao programa de estabilização.